

# A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista

SANDRO DUARTE E SILVA

*Professor da UniEVANGELICA (Anápolis - GO)*

O que explica as grandes avançadas são os próprios mitos que arrastam a bandeira para o sertão bruto de modo irresistível.

Cassiano Ricardo

Este texto tem como objetivo apresentar a maneira como as questões ambientais apareciam nos discursos de colonização e expansão para o Oeste brasileiro nas décadas de 1940 e 1950 e observar a relação existente entre as políticas desenvolvimentistas e percepção da natureza como impedimento ao progresso. Esses discursos apresentavam a as questões ambientais, ou a natureza, como inimigas do desenvolvimento e que, portanto, a relação estabelecida incentivava o enfrentamento. Muito desses discursos foram elaborados em consonância às políticas governamentais de ocupação das fronteiras territoriais brasileiras, podendo ser percebidos com maior ênfase nas narrativas literárias e documentais das décadas de 1940 e 1950, período de grande ação do Estado nas marchas de expansão para o Oeste. Os discursos foram tratados neste texto como conteúdo simbólico que procurava justificar as ações governamentais no enfrentamento à natureza, bem como identificar nessas narrativas os mitos e representações que consideravam o *natural environment* como inimigo do progresso. Para tanto utilizaremos duas fontes que mostram momentos distintos das políticas governamentais, mas que se relacionam ao procurar elementos e signos semelhantes na constituição de suas narrativas e do sentido simbólico proposto. Essas fontes referem-se à obra “Marcha para Oeste” de Cassiano Ricardo (1959) e aos discursos da imprensa e de representantes da política nacional nas coberturas e homenagens fúnebres feitas em 1959 para o engenheiro Bernardo Sayão como “bandeirante do século XX”.

A obra de Cassiano Ricardo foi escrita em 1942 e relacionava-se às políticas de expansão e colonização do Oeste durante a Era Vargas (1930-1945). Já os textos referentes a Bernardo Sayão representam o imaginário social da época na visão da imprensa e as políticas desenvolvimentistas adotadas pelo governo de Juscelino Kubitschek, defendidas pelos representantes públicos do país, publicados pelo Serviço de Documentação do Departamento de Imprensa Nacional da Presidência da República (BRASIL, 1959).

#### **A NATUREZA E O DESBRAVADOR NAS NARRATIVAS DA MARCHA PARA OESTE.**

Nossa intenção na análise de obra de Ricardo (1959) foi apresentar a forma como a relação entre o desbravador e a natureza caracterizava uma atitude de enfrentamento e de interesses conflitantes. Porém, consideramos necessário apresentar de forma geral a narrativa que justificava essa percepção. O tema que ocupava a posição central na Marcha para Oeste (RICARDO, 1959) era que o movimento bandeirante expressava fielmente a distinta forma de sociabilidade brasileira, definida por ele como “democracia da bandeira” (ESTERCI, 1972). Seus argumentos procuravam reforçar que em nossas raízes culturais, o movimento bandeirante teve papel fundamental por representar a vocação natural de nossas relações políticas e sociais, apresentando a Bandeira como “gênese do Estado brasileiro” pela força dinamizadora do deslocamento, da ocupação territorial e na fundação de cidades, bem como o compromisso com as conquistas geográficas do país.

Além de apresentar a função política e social da Bandeira, o autor elaborava as características que constituíam o *ethos* bandeirante. No capítulo XIII de sua obra, intitulado “a função dos mitos na Bandeira”, procurou descrever os referenciais psicossociais geradores dessa instituição cercada pelo universo do fantástico e do fabuloso, cujas lendas e mitos tinham uma função motriz na empreitada bandeirante. O próprio bandeirante recriava esse universo de fábulas e lendas como elemento motivador para a expansão geográfica e, ao mesmo tempo, tornava-se parte do enredo fabuloso, na medida em que o deslocamento reconstituía o mito no imaginário da Bandeira. Os mitos ligados às representações de riqueza desenvolveram sentimentos psicomotores que interferiam no comportamento da Bandeira (grupo em marcha), proporcionando o enredo psicossocial para o mito.

Ricardo (1959) defende que nem mesmo os mitos inibidores pelo medo ou pela religiosidade, que tinham a função oposta de impedir o avanço da bandeira, foram capazes de impedir a força que o sertão enigmático exercia na imaginação do bandeirante, num cenário em que a “a geografia fabulosa, o ouro inseparável da lenda, as viagens pelo desconhecido, o mundo primitivo e fantasmagórico” (RICARDO, 1959, p. 106), tudo respirava lenda. O autor considerava a relação entre o ouro e a fábula como elementos fundamentais na mitogênese da bandeira, cujo resultado era a geografia dada ao país pelas entradas. Portanto, o caráter fabuloso era visto como essencial para a própria constituição, sobrevivência e sucesso histórico das bandeiras. E, portanto, quando o bandeirante deparava-se com os mitos inibidores das entradas (boitatá, curupira, caapora, dentre outros), ele reagia com a fé religiosa, exorcizando os medos com a oração do “varar mato”: “Em nome de Deus padre, em nome de Deus filho, em nome do Espírito Santo, ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de perlesia, ar excomungado, eu te arrengo em nome da Santíssima Trindade” (RICARDO, 1959, p. 114).

Ao descrever o bandeirante e sua relação com o universo fabuloso e religioso, o autor procurava estabelecer uma distinção entre o místico (que se fundamenta no sobrenatural religioso) e o animista (fundamentado na crença aos mitos), afirmando ter o bandeirante muito mais de animista do que de místico. Os mitos conduziam e impulsionavam a marcha, e as devoções religiosas limitavam a acompanhá-la: “mitos na frente, santos atrás – e lá se vai a bandeira” (RICARDO, 1959, p. 118).

No conflito entre os mitos inibidores e aqueles que convidavam às entradas, dando acesso ao sertão, foram vencedores os segundos. A narrativa procurava reforçar a importância dos mitos, considerando os resultados práticos gerados por eles – “não fossem esses mitos, como os de serra verde, da lagoa dourada, etc., e o Brasil não seria o que é hoje, em sua grandeza geográfica.” (RICARDO, 1959, p. 119) – ao mesmo tempo em que buscava valorizar o caráter mítico do bandeirante.

Ao tratar da função do mito da bandeira e a sua contribuição para a formação das fronteiras geográficas do Brasil, percebe-se a intenção de construir a figura do bandeirante como mais um elemento mítico. A perspectiva animista foi um elemento simbólico fundamental para a sobrevivência da marcha, na medida em que recriava o mito no arquétipo bandeirante. As intenções do autor eram explícitas, levando em consideração o seu envolvimento com o

movimento modernista de cunho mais nacionalista. Também esclarecem a opção do Estado Novo (1937-1945) em procurar na “Marcha para Oeste” os referenciais para sua política de ocupação na década de 1940. O caráter mítico, entretanto, que renascia no século XX, não buscava dar sentido fabuloso para o neobandeirismo, mas procurava vincular essa empreitada às raízes da bandeira histórica. Nesse sentido, o mito ganhava novas feições, baseando-se, agora, não mais nas narrativas fabulosas, mas nas atitudes que fugiam ao regular, ao ordinário. Na tentativa de qualificar essas atitudes que uma nova definição de bandeirante nascia, ou mesmo um espírito bandeirante formava-se como referencial a uma prática valorizada como superior ao homem comum. Se a linguagem fabulosa era vista como fundamental para a explicação mítica da bandeira e das ações dos bandeirantes históricos, era necessário identificar nos novos bandeirantes atitudes que permitissem qualificar o espírito da Bandeira. A narrativa de Ricardo (1959) prontificava-se a realizar essa tarefa no campo cultural, justificando a apropriação dos discursos ideológicos do Estado Nacional para a colonização do Oeste, ao mesmo tempo em que qualificava aqueles que imigravam como dotados de desbravadora brasilidade.

A narrativa da marcha considerava que, no século XIX, o espírito bandeirante parecia quase extinto aos olhos do povo brasileiro. Porém, a despeito dessa visão, afirmava que o bandeirismo resistia e cumpria seu papel histórico naquele tempo. É, portanto, na descrição do neobandeirismo que observamos os comportamentos característicos do bandeirante “desbravador”. Chegava a afirmar que esse tipo social foi um traço dos paulistas, mas que posteriormente passou a ser reconhecido no brasileiro em geral as características que o incluem nessa tipologia. O autor apresentava as novas bandeiras dos séculos XIX e XX, identificando os aspectos principais do bandeirismo em seis momentos distintos, em que persistia o espírito desbravador: nas chamadas *zonas pioneiras*; nas *migrações internas*; na conquista do *último Oeste*; na *demarcação* e *posse* efetiva das regiões conquistadas com sentido político-cultural; e na *Fundação Brasil Central*, que previa a mudança da capital da República para o planalto goiano (RICARDO, 1959).

Personagens históricos do final do século XIX e da primeira metade do século XX foram destacados pelo autor, como forma de evidenciar para as novas gerações que o espírito bandeirante ainda estava vívido na sociedade da época. Ele apresentava esses personagens como “novos bandeirantes”, cada um a seu modo. Sua intenção era mostrar que o bandeirismo não era apenas

um acontecimento fabuloso e, na sua concepção, era vital que a sociedade brasileira percebesse esse fato.

O Marechal Cândido Rondon (1865-1958) recebeu do autor o título de “principal bandeirante moderno”, por personificar um tipo de bandeirismo equipado de novas técnicas, mas fiel ao seu “destino histórico”. Ao qualificar os elementos que configuravam o destino histórico da Bandeira, elaborou, de forma sintética, o tipo ideal do bandeirante, justificando os motivos que qualificavam esse empreendimento como fundamental em sua abordagem. De forma geral, o destino histórico do bandeirante consistia em algumas tarefas como: abrir caminhos no sertão; incorporar a população selvagem às “forças vivas da nacionalidade”; dar nome aos rios e às montanhas; devassar terras virgens; descobrir riquezas; manter vivo o amor pelo sertão; fixar fronteiras geográficas; e promover a unidade social e territorial do país. O Marechal Rondon incorporava todos esses atributos que o qualificavam como “bandeirante do século XX”, pelo trabalho desempenhado no domínio de novas técnicas de integração entre o sertão e o litoral. A missão de Rondon foi quantitativamente apresentada nos 1.746 quilômetros de rede telegráfica construída, bem como nos 3.000 postes de ferro utilizados.

Ricardo apresentava-o como exemplo de superação das dificuldades impostas pela natureza ao bandeirante, em que, apesar da técnica empregada, lembrava os “velhos bandeirantes”. Todavia, o que mais aproximava o empreendimento de Rondon às expedições históricas era: o sentido militar da bandeira, pelo caráter de conquista e defesa do território e hierarquização democrática na mistura das três raças brasileiras; a revisão das fronteiras geográficas do país, em que “o bandeirante foi o modelador delas, e o seu primeiro defensor” (RICARDO, 1959, p. 344); e a pacificação do gentio, ou, como descrito por Ricardo, como o estabelecimento de normas sociológicas para o melhor aproveitamento do indígena.

Ricardo (1959) identificava outros personagens que mantiveram o “costume de bandeirar”, citando sertanistas, pesquisadores, dentre outros, e até mesmo instituições, que configuraram o neobandeirismo. Baseando-nos no quadro geral do neobandeirismo de Ricardo, apresentamos a tipificação<sup>1</sup> do bandeirante, caracterizados em quatro tipos da atividade: o Desbravador, o Demarcador, o Cientista e o Bandeirante de Ofício Específico. De forma geral, esses tipos apresentavam semelhanças, ao incorporar os indícios da nacionalidade propostas pela Marcha, na medida em que o deslocamento era

a marca fundamental do bandeirismo, uma condição de espírito, uma herança paulista transposta para o horizonte sócio-cultural nacional. Essa condição de espírito se constituía em comportamento padrão ou ética geral, comum a todas as bandeiras: “o ethos paulista, é a ‘personalidade bandeirante’ dentro da bandeira” (RICARDO, 1959, p. 387). Ao tratar das dinâmicas do deslocamento, e mesmo sem a pretensão dessa qualificação, apresentava as distinções entre os tipos, evidenciada nas características e narrativas que envolviam os personagens eleitos para a representação da bandeira. O objetivo de Ricardo (1959) não era necessariamente tipificar, ou estabelecer distinções, mas reforçar a existência de uma ética comum entre as diferentes formas de bandeirar. Entretanto, nos apropriamos desse enredo, considerando fundamental a representação dos diferentes tipos e concentrando nossa análise no ideal desbravador.

Deixamos o desbravador para a discussão final, apresentando, inicialmente os demais modelos ideais do *ethos* bandeirante. O bandeirante demarcador tem, na obra de Ricardo (1959), um capítulo inteiro dedicado a essa forma específica de bandeirismo (capítulo XXIII). Apesar dessa deferência dedicada ao ato de bandeirar na demarcação, o demarcador era identificado como bandeirante de segunda classe. A referência era feita em relação ao desbravador, considerado como forma clássica da atividade. Um exemplo dessa relação é a distinção feita entre o bandeirante fronteiro (desbravador) e o fronteiro bandeirante (demarcador). “Ao bandeirante fronteiro sucede, afinal, o fronteiro bandeirante – o bandeirante demarcador” (RICARDO, 1959, p. 331). A função do demarcador era seguir os caminhos abertos pelo bandeirante desbravador, para em seguida, legitimar essas fronteiras.

Apesar da comparação e da dependência da bandeira clássica, o autor considerava a notabilidade da atividade da demarcação como ato heróico. Essa referência foi estabelecida, também, para o Bandeirante Cientista, que poderia ser desbravador ou demarcador ao mesmo tempo. Tanto que Rondon, tido por Ricardo como “o bandeirante do século XX”, incorporava o tipo cientista na sua expedição, mas era destacado na categoria de desbravador. Na obra, os grandes representantes da bandeira científica foram os sertanistas Roquete Pinto, Hermano Ribeiro e Orlando Vilaboas. As expedições científicas tinham como objetivo promover expedições de estudos dos mais diversos, podendo fazer reconhecimentos de abordagens etnográficas, antropológicas, geográficas, geológicas e meteorológicas, dentre outras, e os resultados das expedições científicas tornavam-se, muitas vezes, publicações em revistas

especializadas.

Outro tipo ideal apresentado foi o bandeirante de ofício específico, que de todos parecia ser o mais desprovido de glórias. Mas, como o enredo tinha um caráter nitidamente ideológico, essa atividade não era relegada ao esquecimento. Ricardo (1959) também mencionava e qualificava como bandeirante os pioneiros que seguiram as demais bandeiras e cuja atividade era considerada exemplar, pois permitiam, com a realização de seu ofício, a efetiva ocupação da fronteira. O autor procurava identificar no homem comum o *ethos* da bandeira, ao afirmar que eram bandeirantes todos os que contribuíam, com o gênero, natureza e atividade a que se dedicavam, na penetração e circulação do interior.

Foi o tipo desbravador, porém, que recebeu as honras de primeiro bandeirante, e que foi utilizado como referência ao neobandeirismo do século XX, em função das diversas frentes de fronteira que se processavam no início daquele século. O desbravador era apresentado como herói, pois, a despeito das tecnologias e do surgimento dos “bandeirantes da técnica”, persistia, na concepção do autor e no imaginário da época, o mesmo espírito da bandeira arcaica: “desaparecida a bandeira em sua feição histórica, original, repete-se em outro horizonte cultural. No mínimo, repetem-se atos de bandeirismo, e quem os pratica é, portanto, bandeirante” (RICARDO, 1959, p. 337).

O tipo desbravador dominava o enredo da obra, uma vez que, composta de dois volumes, procurava abarcar desde o bandeirismo histórico do período colonial até o neobandeirismo do século XX. O elemento mítico da bandeira fazia referências a esse tipo de bandeirismo, apresentando o desbravador como “enfrentador de mitos”. Ao mesmo tempo em que constituía uma imagem de enfrentamento, tornava a atividade de bandeirar, por sua vez, num outro mito, em que elementos como coragem, fé e determinação qualificavam o desbravador. O objetivo final – seja a riqueza no bandeirismo histórico ou o estabelecimento e ocupação das fronteiras nacionais do neobandeirismo – fazia com que os mitos da inibição fossem derrotados pelos mitos da conquista.

Uma segunda representação indicava que o desbravador era “aquele que enfrentava a natureza”. Além de enfrentar com coragem as alegorias fabulosas dos mitos da inibição, o desbravador enfrentava as dificuldades da marcha no cenário natural, “na luta com a geografia, com a floresta, com os rios encachoeirados, com os igarapés, com as nascentes ocultas do labirinto amazônico – e ainda com os índios, doenças, feras e monstros na fixação da

fronteira” (RICARDO, 1959, p. 321).

Além dessas características, o desbravador incorporava o “destino histórico” que lhe reservava a condição de mito. O autor reforçava o caráter mítico do desbravador por meio dos caminhos abertos para o interior do país e na fundação de cidades. A sua observação era que muito já havia sido feito por obra do bandeirismo, como destaque para a conquista territorial brasileira. Porém, afirmava que esse vasto território carecia, ainda, ser ocupado, e a atividade bandeirante era fundamental naquele momento histórico em que as políticas federais para imigração e colonização das fronteiras cumpriam tal destino. A força simbólica da marcha estava no caráter intencional e extensional do discurso, que qualificava a todos os brasileiros que atendiam a seu chamado como verdadeiros bandeirantes.

Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante. [...] Ontem eram bandeirantes só os que partiam do Planalto e dos seus subfocos de irradiação; hoje são todos quantos tomam parte na nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem “novos bandeirantes equipados de nova técnica” para o seu melhor aproveitamento econômico e social. [...] No menor ato brasileiro haverá sempre o “sentido bandeirante”. É uma condição para que a terra possua o homem e este a possua. Na grandeza que aí está – quase nove milhões de quilômetros quadrados – o papel da bandeira é, ainda, uma imposição da vida a que o brasileiro não poderá fugir, para se realizar. [...] Enquanto se puder, no Brasil, abrir uma estrada ou fundar uma cidade. (RICARDO, 1959, p. 391)

Na concepção de Ricardo, mesmo com diferentes formas de bandeirar, o *ethos* paulista e o espírito do bandeirismo caracterizavam todos aqueles que, de uma forma explícita ou não, realizavam o destino manifesto do deslocamento. Dentre os tipos sociais do bandeirante, o desbravador era quem recebia as qualificações de primeiro bandeirante e agente da mitificação do ato de bandeirar, na medida em que seus atributos eram vistos como dignos de honra por seus patrícios. A narrativa da marcha buscava incluir as demais formas de bandeirar no *ethos* paulista, mas ficava evidente o caráter mítico que o desbravador teve nessa representação, visto simbolicamente como agente histórico da grandeza territorial. No campo político essa narrativa tinha justificativa ideológica, no sentido de incentivar os deslocamentos para o Oeste e a conseqüente ocupação do *hinterland* brasileiro. Portanto, a postura de enfrentamento era incentivada,



reforçando o ato de desbravar como heróico e colocando a natureza como mito a ser combatido. O desbravador enfrentava e vencida esses mitos, segundo a narrativa e argumentos ideológicos de Ricardo (1959) e, conseqüentemente, do Estado Nacional, em nome da brasilidade.

### **O MITO DE BERNARDO SAYÃO DESBRAVADOR E AS REPRESENTAÇÕES DO ENFRENTAMENTO COM A NATUREZA**

A utilização da imagem de Bernardo Sayão como representante do *ethos* bandeirante do desbravador tem como justificativa a utilização dessa personagem como ícone das políticas de integração nacional e dos programas desenvolvimentistas do governo de Juscelino (1956- 1961). É importante ressaltar que não existe, em nenhum momento do texto de Ricardo (1959) menção a Bernardo Sayão, sendo que a edição de 1959, utilizada como fonte desta pesquisa, teve o acréscimo de dois novos capítulos, que tratam, inclusive, da construção de Brasília. Essa edição datava do ano da morte de Sayão, sem, contudo, fazer referências ao engenheiro. Quem aparecia nessa tipificação, mais resumida nas inclusões da nova edição, era o presidente Juscelino Kubitschek, visto como portador do espírito bandeirante. Porém, as imagens arquetípicas do herói bandeirante utilizadas para a construção do mito de Sayão foram extraídas de discursos oficiais, notas da imprensa brasileira e estrangeira da época e em narrativas orais, mantendo a mesma analogia com o texto de Ricardo. A imagem do desbravador deveu-se a forma trágica que teve como desfecho a morte de Sayão durante a construção da rodovia Belém-Brasília e que serviu como enredo para a justificação das políticas de expansão territorial e de desbravamento, em nome do desenvolvimentismo, como narrativa simbólica da mudança da nova capital.

Bernardo Sayão trabalhou em diferentes órgãos do Ministério da Agricultura na antiga capital federal na década de 1930, logo após a conclusão do curso de agronomia. No início da década de 1940 foi nomeado por Getúlio Vargas para coordenar os trabalhos de implantação da primeira Colônia Agrícola Nacional em Goiás (CANG), ficando na administração até 1950. Em 1954 foi eleito vice-governador por Goiás, sendo que, no ano seguinte coordenou a construção de um campo de pouso para aeronaves na região que receberia a visita do Marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Localização da

Nova Capital. Em 1956 foi nomeado diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), coordenando uma série de obras em Brasília. Em 1958, dentro das atribuições da NOVACAP, foi nomeado por Juscelino para a construção da rodovia que ligaria a nova capital à cidade de Belém, no Estado do Pará, numa extensão de 2.169 quilômetros. Em 15 de Janeiro de 1959 foi atingido por uma árvore que caiu sobre seu acampamento, instalado em área de obras para a conclusão da rodovia em Açailândia (MA), sendo velado e sepultado em Brasília (ArPDF, 2004).

Certa ironia no enredo envolve a constituição do mito, que de desbravador foi vítima da vingança da natureza. Esse enredo em nossos dias poderia ter outra conotação<sup>2</sup>, mas a forma como foi apropriada na época reforçava o caráter desbravador e de enfrentamento com a natureza, como veremos mais adiante. Ao invés de ser vista como as conseqüências de descaso com a natureza e a fatalidade da morte ser apresentada como advertência, as narrativas desenvolvimentista reforçavam a necessidade de ampliar o enfrentamento com a natureza, ao mesmo tempo em que o engenheiro recebia as glórias do bandeirismo.

A imprensa carioca enfatizou que esse seria o primeiro sepultamento ilustre na futura capital, e que o “Engenheiro Bernardo Sayão era o general de uma batalha terrível. Morreu em combate contra a floresta, abrindo terreno para a Estrada Brasília-Pará” (MÜLLER, 1959, p. 50). Outros relatos memorialistas procuravam descrever os momentos biográficos que antecederam a formação do homem público, apresentando certas características do personagem, como o carisma, entusiasmo, espírito aventureiro e a energia como que ele sempre investia em suas atividades, estabelecendo uma relação com o bandeirante da Marcha. Num artigo publicado pelo Correio da Manhã em 17 de janeiro de 1959 podemos perceber as intenções de relacionar as dimensões do homem comum ao herói bandeirante:

Chamava-se Bernardo Sayão e era quase impossível querer que alguém se assemelhasse mais, em espírito e físico, ao que se chama de um Bandeirante. Só que ia além do desbravador, do mateiro que doma a floresta, funda curral e fazenda e passa a cuidar do futuro dos seus. Sayão fundava cidades no sentido moderno do termo, fundava cidades não para os seus próximos, mas para todos os brasileiros. Abria mato a facão, atravessava rio a nado, plantava um estabelecimento e ficava à frente dêle como chefe, rei, juiz. [...] Mas era principalmente o atleta alegre, belo, confiante em sua fôrça e cheio daquela fé que só as pessoas

de grande coração depositam em seus semelhantes (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1959, p. 45)

Os enredos da trajetória do mito não descreviam os fatos cotidianos como atitudes ordinárias, mas procuravam incluí-los no roteiro espetacular. Assim, evidenciavam características anteriores à exposição da imagem no contexto público, como traços do heroísmo pré-existente. Numa matéria publicada pelo Correio da Manhã (Rio de Janeiro) em 23 de Janeiro de 1959, o jornalista expressava sua vaidade em ter conhecido Sayão “antes de ser o bandeirante indômito em que se transformou na segunda etapa de sua vida”. Ao apresentar uma “segunda etapa”, fazia a distinção entre o homem comum e o bandeirante, procurando convencer seus leitores que o espírito bandeirante esteve presente em Sayão, mas não era percebido por seus contemporâneos.

O espírito de bandeirante de Sayão manifestou-se em toda a plenitude, ao lado da companheira que, além de amá-lo profundamente, admirava-o com entusiasmo. Atravessou o rio das Almas a nado, perdendo na travessia um auxiliar que a corrente impetuosa das águas levou para sempre. Do outro lado, fundou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Arrebanhou tambores vazios de gasolina e construiu sobre o rio uma ponte provisória. Dez anos depois a Colônia transformou-se na cidade de Ceres, hoje com 50 mil habitantes. Seu nome cresceu, sua fama espalhou-se e quando se pensou num administrador para a construção de Brasília, foi ele o naturalmente indicado. Continuou sendo, como disse Antonio Callado, o atleta alegre, belo, confiante na sua força e na grandeza deste país (MAGALHÃES, 1959, p. 68-69).

Este relato exemplifica a estratégia de relacionar eventos do universo privado com a imagem pública mitificada, em que os fatos corriqueiros tomavam outras proporções que os tornavam mais importantes do que normalmente eram. Assim, o fato de Sayão ter sido um atleta na juventude não era visto como um indício natural da vida litorânea, mas como uma estratégia da fortuna, que conspirava a favor do herói. O homem comum nadador tornaria o nadador bandeirante. O que torna essa narrativa interessante se deve ao fato do jornalista sintetizar sua trajetória de vida, baseada em experiências pessoais do narrador, mas que se tornaram públicas, evidenciando, assim, não apenas a opinião de um jornal de grande circulação na época, mas a consciência coletiva de uma sociedade, como sinos que ecoavam na época.

Uma imagem se constitui não apenas pela teatralização de um papel que se impõe, mas na construção de cenas individuais que se somam aos enredos coletivos (BURKE, 1994). Por isso é que, entre os anos de 1941 a 1959 ocorre uma mudança na trajetória política de Sayão, quando sua vida pública foi mais evidenciada e sua atuação teve maior peso simbólico, por estar vinculada à mudanças significativas na história nacional. Ora, como considerar as atividades, os empreendimentos, os atos públicos de Sayão, bem como o que foi dito ou o que ainda se diz acerca desse personagem, sem considerar as dimensões simbólicas e imaginárias que estavam na base dessas narrativas? Segundo Pitta (2005, p. 13), “nada para o ser humano é insignificante. E dar significado implica entrar no plano do simbólico”. Para a autora, o desenvolvimento do imaginário na produção do conhecimento no ocidente, ocorre em torno de grandes temáticas, ao redor da qual, outras imagens convergem e se organizam, traçando uma relação entre o símbolo, o simbólico e o imaginário, em que o “valor de uma imagem se mede pela extensão de sua aura imaginária” (PITTA, 2005, 16). Considera que o simbólico é sempre uma forma de expressão do imaginário, e que toda representação simbólica decorre de uma visão de mundo específica, portanto, imaginária. Nesse sentido, a opção em identificar as representações do herói bandeirante em Sayão passa pela análise dos elementos simbólicos, que por sua vez elucidam a concepção imaginária que está por traz do mito e da sociedade construtora da imagem. Um primeiro indício dessa representação simbólica pode ser identificado nas narrativas apresentadas por Ricardo (1959), que indicam imagens universais ou arquetípicas do herói bandeirante que o discurso da Marcha e da sociedade da época procurou evidenciar.

A tipologia do desbravador indicava que esse arquetípico bandeirante era classificado como animista (fundamentado em mitos) e não como um místico (fundamentado no sobrenatural religioso), sendo que sua tarefa baseava-se na constituição de mitos que justificavam e motivavam a empreitada, no enfrentamento aos mitos inibidores. Com relação aos mitos inibidores podemos perceber que, tanto nos textos ideológicos do Estado Nacional quanto os diferentes textos que divulgavam a morte de Sayão, estabeleciam a natureza como a grande força inibidora da grandeza nacional (“era o general de uma batalha terrível. Morreu em combate contra a floresta”). Ao mesmo tempo, o novo mito justificador do neobandeirismo era caracterizado pelo Estado Nacional (na literatura da Marcha) e pelo discurso desenvolvimentista do período JK,

que podem ser identificados nos depoimentos e discursos fúnebres de Sayão. A mitificação do neobandeirismo acontecia, não mais por meio das lendas que apelavam para o sobrenatural, mas pelos desafios geográficos que inibiam a integração entre as regiões norte e sul do país. Um artigo publicado em 22 de janeiro de 1959 (Jornal Última Hora) chamava atenção dos que ainda não haviam aderido aos apelos do desenvolvimentismo, e afirmava que, a partir do gesto e exemplo de Sayão muitos seriam contagiados. Ao criticar os opositores do desenvolvimentismo identificava e reforçava os novos mitos inibidores, desqualificando e fragilizando a oposição política da época:

A existência do plano, a sua concepção e execução, dependiam desse homem pioneiro, desbravador, poeta, idealista e de uma macheza sem par. Dou minha palavra que se os homens que fazem oposição injusta aos planos de Brasília acompanhassem o Engenheiro Sayão nas suas penetrações de helicóptero, jipe, trator ou a pé, terminariam por capitular. Nada resiste ao seu entusiasmo, à sua vontade de lutar e ganhar a partida. Ele sabia que o inimigo era a floresta. Se aqueles milhões de soldados (as árvores) fossem vencidos, os homens de terno branco (da oposição) não teriam outro jeito a não ser calar. O seu negócio era com a Natureza, a sua briga contra os elementos, mesmo porque ele sabia que a outra natureza (a dos homens) é mais fácil de vencer. Os outros elementos (os da política) mudam com o vento (JORNAL ÚLTIMA HORA, 1959, p. 63).

Os mitos da bandeira histórica eram reforçados na constituição simbólica dos mitos do novo bandeirismo. Porém, a distinção estava na identificação dos novos mitos motivadores. Na citação acima podemos perceber que o autor procura desqualificar as forças políticas da oposição como insuficientes para inibir o desbravamento. No início desse mesmo artigo afirmava que era “fácil sentir que nenhuma oposição, nenhum argumento justo ou injusto impedirá que este Governo fique como marco definitivo”. Os novos mitos motivadores da ocupação situavam-se no universo da política, sobretudo, no que se referia aos programas desenvolvimentistas: “Dou minha palavra que se os homens que fazem oposição injusta aos planos de Brasília acompanhassem o Engenheiro Sayão [...], terminariam por capitular”. Os mitos modernos que motivavam o deslocamento fundamentavam-se nos discursos da grandeza nacional, da territorialidade e da expansão de fronteiras, caracterizados nos programas desenvolvimentistas. A nova bandeira mantinha os velhos mitos da natureza (florestas, rios, igarapés, febres, etc) e substituía os referenciais dos velhos mitos

motivadores (montanhas de ouro e esmeralda) pelo discurso do progresso e desenvolvimento nacional. É o que exemplificava o artigo publicado em 23 de janeiro de 1959 pelo jornal “O Globo” do Rio de Janeiro:

Uma árvore enorme cai e mata o bravo e alvissareiro Bernardo Sayão. É com árvores a guerra do Currupira quando falham a Boiuna, as febres e os tresmalhamentos. Mas, a rodovia já perfurou a linha, e aquele imenso e largo corte na floresta não se fechará mais. O cimento esteriliza a fecundidade desumana da selva tropical; inutilmente os pássaros cúmplices deixarão cair sementes na faixa profanada. Por ali passarão as divisões blindadas do progresso, os caminhões de Manaus e de Belém a caminho do centro geoeconômico do país. [...] Quero ver o mundão de árvores arrancadas: mitos e totens zangando de raiva na sua impotência. Quero ver o Brasil derrotar o Currupira e tomar conta do que havia quase esquecido que lhe pertencia. Quero me vingar dos meus terrores no rio, do estrondo das terras caídas, da presença pressentida do inimigo invisível (PONGETTI, 1959, p.66).

No relato acima podemos perceber a manutenção dos mitos da bandeira histórica na caracterização do Currupira, protetor da floresta e seus aliados (Boiuna, febres, tresmalhamentos, as árvores e os pássaros cúmplices, dentre outros), “mitos e totens zangando de raiva na sua impotência”. Os mitos vencedores, por sua vez, colocavam-se no enfrentamento à “presença pressentida do inimigo invisível” por meio das estradas que foram abertas. O sentido desenvolvimentista do mito vencedor assumia o domínio “do que havia quase esquecido que lhe pertencia”, numa alusão ao renascimento da empreitada bandeirante no século XX, e a construção da estrada (por onde “passarão as divisões blindadas do progresso”) simbolizava essa política.

Em pesquisa realizada sobre o tema (SILVA, 2008), e de onde foi extraído material para este artigo, apresentamos a política social para imigração e colonização, identificados nos textos e observações dos ideólogos do Estado Nacional publicados pela revista “Cultura Política” e sua repercussão da ocupação em Goiás, identificando que, na década de 1940, quando se iniciava uma política governamental para o Oeste, o sentido do deslocamento era caracterizado pelos atributos que evidenciavam o papel do Estado Nacional e o “verdadeiro sentido da brasilidade”. Na década de 1950, os referenciais da Marcha passaram a utilizar não mais o termo brasilidade, mas concentraram os discursos nos sistemas simbólicos do desenvolvimentismo. Em ambos os

casos, o progresso e expansão territorial, serviam como justificativa da colonização e identificava quais eram os novos mitos vencedores, e sua importância: “não fossem esses mitos [...] o Brasil não seria o que é hoje, em sua grandeza geográfica” (RICARDO, 1959, p. 119). Portanto, o novo bandeirante suscitava mitos porque suas ações eram interpretadas mitologicamente, não mais no sentido fabuloso da marcha histórica, mas incorporando elementos da modernidade, ao qualificar atitudes e comportamentos, entendidos como superiores ao homem comum, e que além de tipificar o comportamento bandeirante, expressavam o espírito desbravador.

Assim como os textos, discursos e depoimentos, os registros fotográficos apresentam instantes da vida pública de Bernardo Sayão que evidenciam o caráter animista do arquétipo bandeirante. Nessas imagens podemos identificar a forma como o mito da riqueza e prosperidade – agora como o novo sentido nacional do progresso e desenvolvimento – suplantava os mitos inibidores da floresta. Esse novo referencial apresentava a “natureza vencida”, destacando, assim, a coragem empreendida no desbravamento e no exorcismo dos temores naturais, ao retratar as derrubadas, as aberturas de estradas, as máquinas trabalhando na ocupação do espaço “hostil” da floresta, como sentido heróico do desbravador (figura 01). Nos vários relatos fúnebres de Sayão, os oradores buscaram evidenciar o enfrentamento travado com a natureza e a tragédia que marcou o encerramento dessa empreitada, exemplificado na oração proferida pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em que ele destacava o caráter heróico e o enfrentamento com a natureza:

Morre de pé, no meio das últimas resistências da floresta imensa, quando o termo dos seus árduos trabalhos estava à vista. Quem o feriu foi justamente uma dessas numerosas árvores que ele teve que abater para que o Brasil abrisse o seu mais difícil caminho [...] Caiu num golpe fatal, vibrado por toda selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza na pessoa desse bandeirante moderno, desse desbravador incomparável (KUBITSCHKEK, 1959, p. 15-6).

O desbravador como categoria simbólica situava-se no contexto histórico em que a consciência ecológica era sobreposta pelo ideal desenvolvimentista. Portanto, a vingança da natureza, ao invés de desconsiderar ou atribuir uma carga negativa ao empreendimento, tornava a empreitada heróica. O sentido ideológico da bandeira histórica, tão caracterizado nos relatos, aparece tam-

bém nas imagens iconográficas. Muito mais do que apenas descrever e captar instantes, essas imagens apontavam para a consciência do ideal expansionista que o desbravamento do Oeste tinha naquele momento histórico. No discurso proferido no Senado Federal em 22 de janeiro de 1959, o Senador Apolônio Salles, utilizando uma narrativa cheia de retóricas, considerou o trabalho de Sayão na abertura de estradas como uma “epopéia de proporções incalculáveis”:

Na integração do seu programa de desenvolvimento do Brasil, explica-se, assim, o entusiasmo do Presidente Juscelino Kubitschek pela rodovia Belem-Brasilia. [...] Percorrendo-a sentir-se-á o viajante envolto numa aura de conquista. Não poderá ficar insensível à pressão do grandioso quem se disponha a palmilhar a rodovia pioneira. O murmúrio das florestas, a cantiga das águas barrentas dos rios caudalosos, o silêncio dos raros descampados, tudo se há de integrar no cenário da antevisão de uma tarefa imensurável reservada às gerações futuras amantes do Brasil (SALLES, 1959, p. 30-1).

O discurso do senador apresentava a relação entre o desenvolvimentismo e o desbravamento, exemplificada na construção da “rodovia pioneira”, símbolo do “programa de desenvolvimento” e razão de entusiasmo. Uma sutil referência à natureza, evitando o confronto, diferente de outras narrativas, faz menção à convivência pacífica entre os elementos naturais e nova rodovia. Outra referência utilizada foi conceber o desbravamento não como atividade egoísta ou pessoal, mas algo que se faz em nome da coletividade (“reservada às gerações futuras amantes do Brasil”) e do sentido nacional. Portanto, a narrativa animista e a apresentação do desbravamento como categoria, encontrava novos representantes, e tanto os discursos, quanto as fotografias procuravam registrar esses momentos performáticos.

A nova linguagem animista, que justificava o sentido do bandeirismo no século XX, qualificava também o desbravador e seus atos. E quando comparado aos novos bandeirantes apresentados por Ricardo (1959) como representantes do neobandeirismo dos séculos XIX e XX, podemos perceber a conexão com alguns atributos apontados pelo autor como traços marcantes do espírito desbravador. Por exemplo, o destaque dado a Couto Magalhães pela integração e exploração do Oeste em decorrência do transporte fluvial, e a Teófilo Otoni pela construção da primeira estrada de rodagem no Brasil em 1857, ecoavam na imagem arquetípica do bandeirante Bernardo Sayão. No



discurso do Senador Gilberto Marinho no Senado em 20 de janeiro de 1959 foram feitos alguns apartes que destacavam a imagem de Sayão ao de construtor de estradas, com referências importantes à rodovia Belém-Brasília. Num aparte feito pelo Senador Victorino Freire, representante do Maranhão (e que incluiu na sua fala os Senadores Sebastião Archer e Públio de Mello como representantes da região amazônica), ele diz: “avaliem o seu devotamento para atingir o ideal da estrada que liga o Estado do Pará a Brasília [...]. A região cortada pela rodovia está sendo colonizada, povoada, só com a notícia da construção” (FREIRE, 1959, p. 24). Em outro aparte, proferido pelo Senador Lameira Bittencourt, representante do Pará, era evidenciado o vigor e o entusiasmo de Sayão, apresentado como o “maior operário da obra de tão alta significação para a Amazônia e para o Brasil” (BITTENCOURT, 1959, p. 25).

Apesar de vários outros depoimentos terem destacado os atributos de Bernardo Sayão como construtor de estradas, a grande força simbólica que o qualificava como bandeirante deveu-se a tragédia que resultou em sua morte no canteiro da rodovia federal, que deram novos sentidos a sua empreitada. Considerando que o valor de uma imagem era medida pela extensão de sua aura imaginária (PITTA, 2005), podemos perceber como eventos convergem para si temáticas maiores que circulam no imaginário social. Assim, de construtor de estradas passava a representar a integração, o progresso e o desenvolvimento nacional. A força simbólica da morte de Sayão no canteiro de obras o qualificou, por meio dos novos discursos políticos em decorrência do seu falecimento, como “bandeirante do século XX”. A construção da imagem pública de Sayão como “herói bandeirante” alinha-se às prerrogativas do desbravador, em que o caráter animista, o enfrentamento com a geografia do sertão e o ideal da integração nacional como novo mito bandeirante foram evidenciados. Ao mesmo tempo, a percepção dessa sociedade acerca das questões ambientais baseava-se na visão do enfrentamento, em que as forças da natureza apareciam como opositoras ao desenvolvimento e ao progresso nacional. Portanto, justificavam-se desmatamentos, destruições, entradas, aberturas, combate à fauna e flora, pois esses elementos compunham um exército inimigo que carecia ser combatido em nome da grandeza nacional.

FIGURA 01



O engenheiro Bernardo Sayão na construção da rodovia Belém-Brasília em sua representação de bandeirante desbravador (data não identificada nos arquivos, mas fotografia foi realizada entre os anos de 1958-1959). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os discursos da década de 1940 e 1950 nos chocam pela maneira pouco cerimoniosa em tratar dos desmatamentos, dos enfrentamentos, dos largos cortes nas florestas, do cimento esterilizador da fecundidade da selva, do ataque aos animais (pássaros cúmplices da fecundidade florestal) feitos pelas divisões blindadas em nome do progresso. Palavras de ordem que não expressavam apenas a consciência urbana de escritores, ideólogos, políticos e jornalistas, mas o imaginário social de uma geração que não se envergonhava em admitir gostar de “ver o mundão de árvores arrancadas: mitos e totens zangando de raiva na sua impotência”. O tom militar e belicoso do enfrentamento com a natureza proclamava a vitória do desenvolvimento sobre o selvagem na morte de velhos mitos e temores que o mundo natural representava: “Quero ver o Brasil derrotar o Currupira e tomar conta do que havia quase esquecido que lhe pertencia. Quero me vingar dos meus terrores no rio, do estrondo das

terras caídas, da presença pressentida do inimigo invisível”.

Algumas narrativas que mostram a expansão e ocupação das regiões de fronteiras brasileiras basearam-se nas representações e mitos do destino bandeirante para caracterizar o ato heróico de desbravar, enfrentar as forças da “natureza hostil” e promover a fixação do homem e garantir o progresso e desenvolvimento das riquezas nacionais. Essa representação do desbravamento como ato heróico, herdeiro do destino histórico das bandeiras incorporava em suas narrativas elementos políticos diversos, mas que combinavam na valorização do sentido e do progresso nacional. Porém, importante perceber que essa representação ainda deixa suas marcas na mentalidade política e econômica que percebem a preservação como impedimento ao desenvolvimento. Esse destino histórico bandeirante, apesar dos avanços percebidos nas agendas e legislações ambientais, persiste no imaginário bandeirante de ocupação de desbravamento e na consciência política da nação em marcha que considera que “todo brasileiro que abre caminhos novos é um bandeirante”, sejam eles pecuaristas no Pará, plantadores de soja e cana nas regiões de cerrado no Planalto Central, usineiros, dentre outros. Ou ainda, nos discursos que defendem as políticas desenvolvimentistas de aceleração do crescimento econômico por meio de geração de energia, construção de estradas, e assim por diante, que mesmo não utilizando a mesma retórica do herói desbravador, consideram demasiadamente radicais as posições de ambientalistas e da sociedade em geral que se opõem a tal empreitada, vista como fundamental para o desenvolvimento nacional.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> O tipo ideal foi o método utilizado por Weber (2003) para justificar a cientificidade das “ciências da cultura”. O autor critica a tentativa de estabelecer conexões com as regularidades das ciências da natureza, defendendo conexões causais adequadas como uma categoria definida como “possibilidade objetiva”. O objetivo das ciências da cultura seria a busca pelos significados das ações sociais dos indivíduos, cuja objetividade geral é vista como impossível, utilizando para tanto o caminho da subjetividade. Em suas palavras: “No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio. [...] De tudo o que até aqui se disse resulta que carece de razão de ser um estudo “objetivo” dos acontecimentos culturais, no sentido em que o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis. Carece de razão de ser, não porque – se se quiser, os fenômenos espirituais evoluam ‘objetivamente’ de modo menos sujeito a leis, mas: a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito, e b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares” (WEBER, 2003).

<sup>2</sup> Em apresentação desse tema em Mesa Redonda no IV Simpósio da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (Belo Horizonte, 2007), os participantes reagiram com entusiasmo ao fato de que a natureza se vingava do desbravador. Alguns mais exaltados chegaram a aplaudir, o que mostra que as reações da época eram diferentes do sentido ecológico e preservacionista atual.

## FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Homens à frente do seu tempo*. Bernardo Sayão. Brasília: ArPDF, 2004.

BITTENCOUT, Carreira. *Discurso do Senador Gilberto Marinho* (aparte), 20 de Jan. 1959.

BRASIL. *Bernardo Sayão: Bandeirante Moderno*. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

FREIRE, Victorino. *Discurso do Senador Gilberto Marinho* (aparte), 20 de Jan. 1959.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 17 de Jan. 1959. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

JORNAL ÚLTIMA HORA. A glória do pioneiro, 20 de Jan. 1959. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Oração do Presidente Juscelino Kubitschek. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MAGALHÃES, Anderson. Sayão. Correio da Manhã, 23 de Jan. 1959. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MARINHO, Gilberto. Discurso do Senador Gilberto Marinho, 20 de Jan. 1959. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MÜLLER, Manuel Bernardes. A morte do general. Jornal Última Hora, 17 de Jan. 1959. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

PONGETTI, Henrique. A linha currupira. Jornal O Globo, 23 de Jan. 1959. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste*: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

SALLES, Apolônio. Discurso de Senador Apolônio Salles, 22 de Jan. 1959. BRASIL. *Bernardo Sayão*: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

## BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*: a construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESTERCI, N. *O mito da democracia no país das bandeiras*. 1972. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, 1972.

PITTA, Danielle Perin Rocha. *Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SILVA, Sandro Dutra e. *Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás (1941-1959)*. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, UnB, 2008.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber. Sociologia – grandes cientistas sociais*. Coleção coordenada por Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 2003.

**RESUMO:** Este artigo procurou refletir acerca da maneira como as narrativas de ocupação e colonização do Oeste brasileiro estiveram alinhadas aos discursos desenvolvimentistas das décadas de 1940 e 1950, que apresentavam a natureza e o meio ambiente como opostos ao progresso, incentivando o enfrentamento e destruição como justificativa da grandeza nacional. Nosso recorte refere-se às narrativas e aos discursos ideológicos da Marcha para Oeste e sua apropriação em momentos distintos da história brasileira, centralizando essa abordagem no período final do governo de Juscelino Kubstichek, baseando-nos em fontes como a literatura da marcha, discursos políticos e outros textos apresentados em homenagem fúnebre a Bernardo Sayão, engenheiro morto em obras para a construção da rodovia Belém-Brasília. Elementos e referências simbólicas foram extraídos dessas fontes históricas objetivando a identificação das construções imaginárias que essas narrativas procuravam reforçar na época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Natureza, Marcha para Oeste, Bernardo Sayão, Meio Ambiente, História Ambiental.

**ABSTRACT:** This article discusses how narratives of occupation and colonization of the Western region of Brazil were related to discourses of development of the 1940's and 50's. Such discourses considered nature and the environment as opposite to progress and stimulated confrontation and destruction in justification of national greatness. Our emphasis is on narratives and ideological discourses on the Run to the West in different periods of the Brazilian history, especially the last period of Juscelino Kubstichek's government. Our sources were the literature about the Run, political discourses and other texts in honor of Bernardo Sayão, an engineer who died while constructing the Belém-Brasília road. The elements and symbolic references were taken from historical sources with the objective of identifying the imaginary constructions reinforced by those narratives at that time.

**KEY-WORDS:** Nature; Run to the West; Bernardo Sayão; Environment; Environment History.